

Políticas educacionais e as (des)continuidades: reflexões sobre a formação docente

Educational policies and (dis)continuities: Reflections on teacher training

Políticas educativas y (dis)continuidades: Reflexiones sobre la formación del profesorado

Elzarina Pereira da Silva

Ivy Enber Christian University, Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, João Pessoa, Paraíba, Brasil

helzarina.coari@yahoo.com.br | <https://orcid.org/0009-0009-8762-7781>

Sawana Araújo Lopes de Souza

Ivy Enber Christian University, Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, João Pessoa, Paraíba, Brasil

sawana.lopes@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-3847-7835>

Resumo

O presente trabalho apresenta considerações sobre as políticas educacionais e suas descontinuidades na formação de professores. O estudo busca responder como as descontinuidades nas políticas educacionais afetam a formação de professores e comprometem a educação pública de qualidade no Brasil. O objetivo é analisar as políticas educacionais e suas descontinuidades no processo de formação pedagógica. A metodologia envolve uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental. Um ensino público de qualidade, que atenda a todos, é essencial para o desenvolvimento da sociedade, porém, isso permanece como um desafio atual. Mudanças educacionais históricas revelam que essas políticas são frequentemente implementadas como políticas de governo, mas não como políticas de Estado, falhando assim em cumprir seus objetivos. A análise das políticas educacionais voltadas à formação de professores é essencial para compreender as mudanças necessárias nesse campo. Conclui-se que a eficácia dessas políticas educacionais depende dessa continuidade e do compromisso de longo prazo.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Descontinuidades. Formação de professores.

Abstract

This work presents considerations about educational policies and their discontinuities in teacher training. The study seeks to answer how discontinuities in educational policies affect teacher training and compromise quality public education in Brazil. The objective is to analyze educational policies and their discontinuities in the pedagogical training process. The methodology involves a qualitative approach, with bibliographic and documentary research. Quality public education, which serves everyone, is essential for the development of society, however, this remains a current challenge. Historical educational changes reveal that these policies are often implemented as government policies but not as state policies, thus failing to fulfill their objectives. The analysis of educational policies aimed at teacher training is essential to understand the necessary changes in this field. It is concluded that the effectiveness of these educational policies depends on this continuity and long-term commitment.

Keywords: Educational policies. Discontinuities. Teacher training.

Resumen

Este trabajo presenta consideraciones sobre las políticas educativas y sus discontinuidades en la formación docente. El estudio busca responder cómo las discontinuidades en las políticas educativas afectan la formación de docentes y comprometen la calidad de la educación pública en Brasil. El objetivo es analizar las políticas educativas y sus

Artigo recebido em: 10/03/2024 | Aprovado em: 08/03/2024 | Publicado em: 26/12/2024

Como citar:

SILVA, Elzarina Pereira da; SOUZA, Sawana Araújo Lopes de. Políticas educacionais e as (des)continuidades: reflexões sobre a formação docente. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 14, p. 1-15, e43850, 2024. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2024.v14.43850>.

discontinuidades en el proceso de formación pedagógica. La metodología implica un enfoque cualitativo, con investigación bibliográfica y documental. Una educación pública de calidad, que sirva a todos, es fundamental para el desarrollo de la sociedad, sin embargo, esto sigue siendo un desafío actual. Los cambios educativos históricos revelan que estas políticas muchas veces se implementan como políticas gubernamentales pero no como políticas estatales, incumpliendo así sus objetivos. El análisis de las políticas educativas dirigidas a la formación docente es fundamental para comprender los cambios necesarios en este campo. Se concluye que la efectividad de estas políticas educativas depende de esta continuidad y compromiso de largo plazo.

Palabras clave: Políticas educativas. Discontinuidades. Formación del profesorado.

1 Introdução

O debate sobre a educação e seu desenvolvimento sempre esteve relacionado às questões econômicas e políticas. Com as exigências do mercado de trabalho após a reestruturação produtiva e a globalização, cobrou-se dos trabalhadores um grau maior de escolaridade. Exigindo que novas políticas educacionais fossem traçadas para atender ao discurso neoliberal e ao desenvolvimento econômico, influenciando as propostas educacionais, o currículo e a formação docente.

Segundo Dourado (2001) em sintonia com os organismos internacionais o Brasil intensificou as ações políticas e o processo de reformas educacionais nos anos 1990, em que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96 traduz a efetivação dessas ações e reformas. Com a aprovação da referida lei, após um longo período de debates e embates, organiza-se a educação em seus níveis e graus de ensino, onde a educação básica passou a contemplar a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, vinculando a educação ao mundo do trabalho e como prática social (Santos, 2013). As políticas públicas educacionais norteiam as ações e programas de gestão da educação para que possa atender a todos e assim concretizar a universalização da educação.

Assegurar um ensino de qualidade a todos requer que União, Estados e Municípios fortaleçam as políticas educacionais de financiamento da educação, não desconsiderando todo o trabalho já realizado na elaboração de políticas de financiamento e regulação da educação anteriores. Pois, para um país avançar em todas as áreas, não pode limitar os investimentos em educação. O primeiro passo para esse avanço consiste na formação adequada dos professores.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) destacam a importância do rigor na utilização dos recursos educacionais. A aplicação criteriosa desses recursos não apenas favorece a escolarização de um maior número de brasileiros, mas também se revela como um instrumento fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa. Ao empregar de maneira racional os recursos disponíveis, contribui-se, não apenas para a disseminação da educação, mas também para o fortalecimento de alicerces que sustentam uma sociedade mais inclusiva e justa.

No Brasil, as políticas educacionais têm uma trajetória histórica de descontinuidade no que se refere à gestão e organização da educação básica, isso se dá devido à falta de articulação e planejamento de longo prazo nas políticas de Estado, sendo visadas as políticas de governo. Para Dourado (2007, p. 926) essa “[...] dinâmica tem favorecido ações sem a devida articulação com os sistemas de ensino, destacando-se, particularmente, gestão e organização, formação inicial e continuada, estrutura curricular, processos de participação”. A cada novo

governo, observa-se que a continuidade de ações e programas perde força, resultando em iniciativas inacabadas e desafios persistentes na área educacional.

Nesse contexto, o estudo apresentado neste artigo aborda as políticas educacionais e suas descontinuidades na formação docente, reconhecendo os desafios que permeiam a construção de uma base sólida para contribuir efetivamente no trabalho pedagógico dos professores. A reflexão sobre o impacto das políticas educacionais na formação docente é essencial para compreender como essas políticas influenciam a prática educativa.

Gatti (2021, p. 12) ressalta que “[...] a descontinuidade de ações que, em geral, e com poucas exceções, afeta as políticas educacionais no país, nos diversos níveis da gestão educacional [...]” muitas vezes ocorre em função das mudanças nos grupos gestores. Essa instabilidade na condução das políticas públicas educativas pode comprometer a efetividade das ações planejadas, uma vez que a falta de continuidade nos projetos impede que iniciativas de longo prazo sejam implementadas de forma consistente. Além disso, a alternância nos grupos gestores, frequentemente motivada por questões políticas ou mudanças administrativas, pode levar a uma revisão ou interrupção de programas, desfavorecendo o desenvolvimento integral de estratégias educacionais que exigem tempo e investimento contínuos para alcançar resultados significativos.

Em seu estudo, Gatti (2021) evidencia duas características centrais que impactam diretamente a qualidade e a eficácia das políticas educacionais: a descontinuidade nas implementações e a fragmentação das ações. A descontinuidade, manifestada por sucessivas reformulações, comprometendo a consolidação de iniciativas que exigem tempo para produzir resultados significativos. A fragmentação, com ações superpostas entre diferentes órgãos governamentais, que resulta em falta de coesão e alinhamento nas políticas educacionais, gerando desperdício de recursos e esforços. Compreender essas características é fundamental para propor estratégias que promovam maior articulação e continuidade nas ações educacionais, garantindo uma gestão mais eficiente e coerente. O estudo, ao destacar esses desafios, contribui para o debate sobre a necessidade de reformular práticas de gestão e promover políticas que, de fato, atendam às demandas do sistema educacional de forma integrada e duradoura.

Para De Souza et al. (2021), nos últimos anos não faltaram iniciativas nacionais para a formação inicial e continuada de professores. No entanto, o planejamento descrito nos documentos norteadores das políticas educacionais e programas de formação necessitam que Estado e os setores da sociedade se articulem e atuem para que essas ideias se corporifiquem na prática. As autoras citam, o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e a Residência Pedagógica, como exemplos de iniciativas de formação de professores que poderiam contribuir significativamente para melhorar o ensino se não fosse a descontinuidade e fragmentação nas políticas educacionais e programas.

A exploração dessa temática originou-se da experiência prática docente, onde se observou uma desconexão entre as contribuições teóricas recebidas durante a formação acadêmica e a realidade vivenciada na sala de aula. Surge, assim, a indagação sobre o papel efetivo das políticas educacionais na formação

dos docentes e como estas podem ser mais eficazes nesse processo. Tendo como questão problema, como as descontinuidades nas políticas educacionais afetam a formação de professores e comprometem a educação pública de qualidade no Brasil. E como objetivo principal analisar as políticas educacionais, destacando suas eventuais descontinuidades no processo de formação dos docentes.

É importante reconhecer que a ação política é intrínseca às decisões no âmbito educacional, exercendo uma influência direta sobre o fazer pedagógico dos profissionais em sala de aula. Portanto, compreender como as políticas educacionais estão moldando a prática docente é fundamental para promover uma formação mais alinhada com as necessidades reais do ambiente educacional.

O presente artigo está estruturado em quatro tópicos que permitiram uma organização clara e sequencial do conteúdo, começando com a introdução que apresenta o tema, seguida pela metodologia e pela análise das políticas educacionais e as descontinuidades na formação docente, culminando com as considerações finais que sintetizam os principais pontos abordados no artigo. As referências, por sua vez, fornecem a base bibliográfica utilizada na pesquisa, garantindo a credibilidade e a fundamentação teórica do estudo.

2 Metodologia

Para melhor compreensão do tema, políticas educacionais e as descontinuidades: reflexões sobre a formação docente, utilizou-se, como metodologia, a abordagem qualitativa, incorporando pesquisa bibliográfica e documental. Através do levantamento bibliográfico, pesquisou-se estudos voltados para a temática em questão, que muito interessa ao campo educacional, devido à falta de continuidade nas políticas educacionais ao longo dos tempos.

Para isso, recorreu-se a materiais já publicados, cujos dados bibliográficos foram registrados em fichas documentais, por meio da técnica de fichamento. Assim, organizaram-se as ideias e informações de modo que facilitasse o entendimento sobre o tema. Dentre os autores pesquisados, destaca-se Dourado (2007), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Gatti (2021), entre outros, que abordam com clareza a falta de continuidade das políticas educacionais. Por fim, realizou-se uma análise e interpretação dos dados obtidos.

3 Políticas educacionais e as descontinuidades na formação docente

Durante o processo de redemocratização do país, a educação brasileira passou por mudanças significativas, com destaque para promulgação da Constituição Federal em 1988, “[...] que garantiu uma concepção ampla de educação e sua inscrição como direito social inalienável, bem como a partilha de responsabilidade entre os entes federados e a vinculação constitucional de recursos para a educação”. [...] (Dourado, 2007, p. 926). A busca pela organização nas políticas no âmbito federal coincide com a reforma do Estado e o novo modelo de gestão a ser implantando como forma de modernização, cujo norte político-ideológico tinha como objetivo inserir na esfera pública o conceito de eficiência, produtividade e racionalidade ligado ao capitalismo. Nesse período na área educacional organismos multilaterais desempenharam importante papel na formulação de políticas educacionais (Dourado, 2007).

A transformação do neoliberalismo em principal diretriz que norteia o pensamento e a administração econômica é destacada por Gentil e Costa (2011). A aplicação prática desses princípios levanta questões complexas sobre igualdade, inclusão social e a capacidade do mercado em atender às necessidades coletivas. A avaliação crítica e o aperfeiçoamento contínuo das políticas fundamentadas na doutrina neoliberal são essenciais para alcançar um equilíbrio que promova, não apenas o crescimento econômico, mas também a justiça social e a qualidade de vida para toda a sociedade.

As mudanças inseridas pela nova ordem capitalista não trouxeram inovações, ocorrendo alguns ajustes e adequações no cotidiano escolar, o que pode gerar o cancelamento de ações já consolidadas na prática escolar (Dourado, 2007). O autor destaca, ainda, que há um conjunto de ações voltadas para a mudança educacional que, embora contribuam para desestabilizar o sistema estabelecido, são parciais ou pouco efetivas, carecendo de força política suficiente para implementar novos parâmetros sólidos na prática educativa.

Observa-se a necessidade de uma abordagem mais abrangente e estrategicamente orientada para lidar com os desafios da mudança educacional. Isso pode envolver, não apenas a introdução de novas políticas, mas também a construção de consenso, a mobilização de apoio político e a consideração das complexidades inerentes ao contexto educacional. Essa reflexão ressalta a importância de uma abordagem holística e sustentada no processo de transformação educacional.

As ações de cunho político-pedagógico com propósito de materializar as políticas educacionais do período deixam em evidência que é um indicador de gestão centralizada com pouca aplicabilidade pedagógica, sem mudanças significativas que possa fortalecer o sistema de ensino, não incorporando efetivamente um novo formato de organização e gestão.

Na busca pela universalização do ensino, a falta de continuidade nas ações educacionais abandona conquistas que podem contribuir para esse objetivo. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 128) destacam que a universalização do ensino, a melhoria da sua qualidade e a formação tecnológica e geral dos trabalhadores são essenciais para a sociedade, especialmente para garantir, no mínimo, a igualdade de oportunidades.

Os avanços no campo educacional não devem ser interpretados como razões para a eliminação das conquistas anteriores. A evolução educacional deve ser entendida como um processo cumulativo, no qual as inovações se integram harmoniosamente com os sucessos preexistentes. O respeito e a preservação das práticas e conhecimentos adquiridos ao longo do tempo são essenciais para construir uma base sólida que sustente as mudanças e inovações.

O vínculo entre políticas educacionais e a formação docente constitui um tema importante na análise da dinâmica do sistema educacional. Ao examinarmos as políticas educacionais, é possível identificar tanto os elementos que promovem a continuidade, quanto aqueles que, por vezes, introduzem descontinuidades no processo educativo. A interação entre esses dois aspectos influencia diretamente a qualidade do ensino, bem como o desenvolvimento profissional dos educadores.

Partindo desse pressuposto, serão analisadas as nuances dessa relação complexa, destacando como as políticas educacionais podem moldar e, por vezes, desafiar a formação docente, afetando diretamente a experiência de aprendizado dos estudantes e o panorama educacional como um todo.

De acordo com Paro (2001), o ser humano, ao nascer traz consigo a capacidade para tornar-se sujeito histórico de sua época, pois ao entrar em contato com o mundo, inicia o processo de humanização. O contato com o meio que o cerca e as trocas de experiências o torna sujeito que cria valores e busca novos horizontes. O “[...] conceito de homem não inclui apenas suas características naturais, mas também aquilo que ele constrói em seu desenvolvimento histórico [...]” (Paro, 2001, p. 34). No processo de construção social, o homem produz conhecimentos e valores que são transmitidos a futuras gerações por meio da educação (Paro, 2001). As tradições culturais podem perder-se ao longo do tempo se não forem incorporadas na sociedade atual; sem educação escolar, os conhecimentos e costumes de um povo não cumprem seu papel na vida cotidiana do ser humano, acerca do conhecimento sobre sua identidade.

Para o autor, a educação escolar é um processo complexo e não se restringe somente à sala de aula. Havendo um conjunto complexo de relações e interesses, que influenciam o tipo de educação que está sendo ofertada ao indivíduo que influenciará na qualidade de sua formação (Paro, 2001). Corroborando esse pensamento em relação à complexidade e importância da educação escolar, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) ressaltam que a educação pública de qualidade é essencial e reconhecida mundialmente como um fator crucial para o mundo do trabalho, o desenvolvimento econômico e o progresso técnico-científico.

No contexto global, há um claro consenso coletivo sobre a necessidade de investir em educação como um pilar fundamental para o progresso social e econômico. É importante considerar a qualidade do ensino oferecido. Não basta apenas garantir acesso à educação; é primordial assegurar que o conteúdo seja relevante, atualizado e promova habilidades essenciais para os desafios contemporâneos. A formação de professores, a adaptação de métodos pedagógicos e a incorporação de tecnologias educacionais são aspectos interdependentes que devem ser abordados de maneira integrada para garantir um ensino público de qualidade.

As políticas educacionais precisam de uma análise mais profunda, não se resumindo somente à descrição de como foram elaboradas. Nesse sentido, é importante compreender as análises sobre gestão, formação e financiamento da educação (Dourado, 2007), pois são pontos cruciais para a oferta de uma educação de qualidade, visando a formação integral do indivíduo.

De Souza et al. (2021), destacam que no contexto internacional, os países defendem a ideia de que a formação de professores deve priorizar a qualidade, ao invés da quantidade, mesmo todos concordando que isso seja difícil. No entanto, no Brasil, a formação de professores transfigura-se em um problema social de grande relevância. Os investimentos na formação docente são insuficientes para que essa formação seja sólida, assim como as condições de trabalho e a

renumeração, mesmo reconhecendo-se que houve esforços políticos para inovações nas práticas educacionais e gestões educacionais.

É considerável compreender a educação como prática social que colabora para a socialização da cultura construída historicamente pelo homem e que as políticas educacionais aliadas ao fazer pedagógico escolar são os meios para que os objetivos de formação do homem sejam alcançados. A equipe escolar precisa conhecer as ações e programas para a gestão educacional, pois são as políticas públicas educacionais que norteiam a gestão educacional, gestores, professores e toda a equipe pedagógica precisam inteirar-se desses documentos norteadores. No entanto, é preciso garantir que esses profissionais tenham o apoio necessário para implementar efetivamente as políticas educacionais. O desenvolvimento profissional contínuo, condições de trabalho adequadas e reconhecimento são fatores essenciais para garantir a qualidade do ensino.

As decisões tomadas em âmbito Federal, Estadual e Municipal afetam diretamente as ações realizadas na escola, portanto, é necessário que a articulação e rediscussão de programas e ações que sejam direcionados à gestão educacional, tenham como “[...] norte uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, [...]” (Dourado, 2007, p. 924), articulando projetos de gestão do Ministério da Educação (MEC) com os projetos das secretarias e com os projetos políticos pedagógicos das escolas (Dourado, 2007). Os envolvidos diretamente no processo educacional não podem desconhecer essa articulação entre as políticas educacionais e os projetos de cunho pedagógico, pois as ações desenvolvidas no cotidiano escolar sofrem influências dos documentos norteadores.

A harmonização desses elementos é decisiva para a efetiva implementação de estratégias educacionais que promovam um ambiente escolar enriquecedor e alinhado com os objetivos mais amplos da educação. Reconhecer a importância das políticas educacionais na formação do professor é fundamental para criar um ambiente que promova o crescimento intelectual e social contínuo.

A soma de esforços do poder público ainda é insuficiente, visto que as políticas de formação de professores no Brasil são fragmentadas e descontínuas, pois atendem a pequenos grupos e não consideram plenamente a realidade educacional e social do país. Dificilmente, há continuidade nas políticas educacionais entre diferentes gestores (De Souza et al., 2021).

De acordo com Najjar e Najjar (2017), houve avanços significativos nas duas últimas décadas nos programas e políticas educacionais voltados para a formação de professores. Os autores destacam iniciativas como a Bolsa do Pibid, o Parfor e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), com ênfase nas metas 15, 16, 17 e 18. Essas ações juntas contribuíam tanto para a formação inicial quanto à formação continuada dos professores, buscando a qualificação e a valorização da profissão docente. No entanto, as três iniciativas mencionadas sofreram modificações por falta de continuidade em suas ações.

A fragmentação e as discontinuidades nas ações educacionais voltadas à formação de professores impactam negativamente o direito à formação docente. O progresso da prática profissional dos professores deve ser apoiado por políticas educacionais consistentes, incentivos à formação, valorização do trabalho e um ambiente que promova inovação e inclusão.

3.1 Formação e profissionalização docente

No século XIX, houve uma crescente preocupação com a qualidade da educação e a necessidade de formar professores qualificados para atender às demandas de uma sociedade em transformação. Foi nesse período que surgiram os primeiros cursos específicos para a formação docente, oferecidos pelas escolas Normais, voltados para a preparação de professores do ensino primário. Somente a partir do século XX é que ocorreu a formação de professores em cursos específicos para o que hoje denomina-se ensino fundamental e para o ensino médio em universidades (Gentil; Costa, 2011).

Diante do processo de reorganização da educação, o professor desenvolveu um papel crucial na implementação das mudanças propostas. Essas transformações abrangeram significativamente a formação dos profissionais da educação. Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) frisam a preocupação entorno da profissionalização docente, pois já não atrai os jovens à profissão de professor.

Dourado (2001), ao analisar a situação docente no Brasil, destaca a insuficiência na formação inicial dos professores, os baixos salários e as desafiadoras condições de trabalho que esses profissionais enfrentam. Esses fatores combinados tornam a profissão de professor pouco atrativa para os jovens, demonstrando a necessidade de abordar essas questões sistematicamente, visando promover uma transformação positiva na valorização e nas condições de trabalho dos profissionais da educação.

Antes da consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a formação docente ocorria tanto em nível médio quanto em cursos de licenciatura superior. Com a promulgação da nova LDB, houve uma ampliação na oferta de formação de professores em nível médio, por meio do chamado magistério, destinado a atender à educação infantil e às séries iniciais do ensino fundamental. Para as etapas do ensino fundamental anos finais e ensino médio, a formação passou a ocorrer por meio de cursos de licenciatura nas diversas áreas do conhecimento (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012).

A LDB de 1996 trouxe ainda outras modalidades de formação docente, incluindo cursos normais superiores, formação pedagógica para bacharéis em áreas diversas e a ênfase na formação continuada. Essa diversificação reflete a compreensão de que a preparação dos professores deve abranger, não apenas aspectos técnicos e disciplinares, mas também uma base sólida em pedagogia e didática, reconhecendo a complexidade e a multidimensionalidade do papel do educador.

Na atualidade em consonância com a LDB 9394/96, a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, contemplando cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura. Essas diretrizes estabelecem princípios, fundamentos, condições e procedimentos para a organização curricular desses cursos, com o objetivo de garantir uma formação de qualidade aos futuros professores (MEC, 2015).

O Artigo 9º da Resolução nº 2/2015 estabelece que os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério na educação básica em nível superior, incluem: graduação de licenciatura, formação pedagógica para graduados não licenciados e segunda licenciatura. A instituição formadora deve definir em seu

projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação inicial, alinhadas às políticas de valorização dos profissionais da educação básica e à base comum nacional. A formação inicial deve ser adequada à área de conhecimento e etapas de atuação, preferencialmente oferecida de forma presencial e com elevado padrão acadêmico, científico, tecnológico e cultural (MEC, 2015).

As diretrizes abordam ainda aspectos como carga horária mínima, estrutura curricular, estágios supervisionados, atividades complementares, entre outros elementos essenciais para a formação adequada dos docentes. Além disso, elas consideram as necessidades e demandas da educação básica no Brasil, buscando preparar os professores para os desafios e contextos contemporâneos da prática educativa (MEC, 2015).

Alinhada com a proposta de formação e profissionalização docente, a Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019 definiu novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Tendo como principal objetivo estabelecer diretrizes claras e atualizadas para a formação inicial de professores que atuam na Educação Básica no Brasil. Ao instituir a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a resolução busca garantir uma formação sólida e consistente, alinhada às demandas e desafios atuais da educação, e promover a qualidade do ensino por meio do desenvolvimento profissional dos educadores (MEC, 2019).

Em seu artigo 10 estipula que todos os cursos em nível superior de licenciatura, voltados para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, devem ser organizados em três grupos, totalizando no mínimo 3.200 horas. Esses cursos devem levar em conta o desenvolvimento das competências profissionais estabelecidas na Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores (BNC-Formação), conforme definido no Capítulo I desta Resolução (MEC, 2019).

Soma-se às novas diretrizes, a Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Em seu artigo 9º estabelece que cursos e programas flexíveis, incluindo diversas modalidades de formação como presencial, a distância, semipresencial ou híbrida, podem ser oferecidos por instituições de ensino superior (IES), organizações especializadas ou órgãos de gestão das redes de ensino. Essas atividades visam ao desenvolvimento profissional dos docentes e podem abranger cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, pós-graduação lato sensu (especialização), mestrado acadêmico ou profissional, e doutorado, obedecendo às respectivas cargas horárias mínimas e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (MEC, 2020).

Nesse contexto de evolução e conquistas, a valorização da profissão docente, não apenas reconfigura as qualificações exigidas para quem almeja ser professor, mas também redefine o próprio significado do papel do educador na sociedade. A trajetória marcada por desafios e superações, conforme destacado

por Gentil e Costa (2011), ressalta a importância de reconhecer a história de lutas que culminou na consolidação do que hoje entendemos como a profissão de professor e seu amplo campo de atuação. Esse reconhecimento, não apenas dignifica a atuação docente, mas também estabelece as bases para um diálogo contínuo sobre as demandas em constante transformação da educação, promovendo, assim, uma abordagem mais abrangente e reflexiva sobre o papel vital desempenhado pelos educadores na construção do conhecimento e no desenvolvimento da sociedade.

Para Dourado (2007), a formação e profissionalização docente não dispõe de uma base sólida que contribua para a compreensão da gestão educacional interferindo na atuação dos profissionais da educação, seu processo formativo está pautado em alguns casos, na compreensão de metodologias e estratégias de aprendizagem. É necessário também dar continuidade nas políticas educacionais voltadas para a formação pedagógica realizada em outros governos que foram assertivas.

As discontinuidades nas políticas públicas educacionais voltadas para a formação pedagógica docente interferem no fazer pedagógico dos profissionais da educação. É preciso que a formação pedagógica docente seja repensada como um processo de construção coletiva e articulada às políticas educacionais (Dourado, 2007). É importante:

[...] resgatar as experiências implementadas por estados e municípios como passos importantes no fortalecimento das ações do MEC, em apoio às políticas de formação de professores e aos processos de organização, gestão educacional e escolar” [...] (Dourado, 2007, 924-925).

A prática de adotar iniciativas bem-sucedidas em outros estados e municípios se estende às ações de organização da educação nacional. Dessa forma, é indispensável considerar a diversidade de experiências e as particularidades nos locais onde ocorrem os processos formativos, tanto para professores quanto para estudantes, assegurando, assim, padrões mínimos de qualidade. Ao levar em conta as adversidades e experiências de educadores e alunos, fortalece-se a implementação efetiva das políticas educacionais, o que, por sua vez, contribui para a formação pedagógica de todos os envolvidos.

Para compreender as políticas educacionais, é essencial considerar o contexto sócio-histórico e econômico, conforme ressaltado por Gentil e Costa (2011). Isso porque o desafio não reside na ausência de ações por parte dos órgãos responsáveis. Em relação às políticas educacionais desenvolvidas pelos governos, as autoras fazem a leitura de que as ações voltadas para a educação são frequentemente pontuais e desconexas, tratando problemas específicos, como educação infantil e tecnologias, de maneira superficial, por meio de leis ou programas temporários que se tornam permanentes, sem resolver efetivamente as questões propostas.

Essa crítica sugere a necessidade de uma abordagem mais sistêmica e integrada nas políticas educacionais, que considere as interconexões entre os diversos desafios enfrentados pelo sistema educacional. Ao tratar cada questão de forma isolada, corre-se o risco de não abordar as causas subjacentes e de criar soluções superficiais e temporárias. Uma abordagem mais abrangente poderia

buscar soluções que abordem os problemas de forma mais eficaz e sustentável, reconhecendo a complexidade e a interdependência dos diversos aspectos da educação.

Dourado (2001, p. 52) destaca que a formação e a profissionalização docente surgem como objetos de estudo no âmbito das ações e políticas voltadas para essa categoria e que esse setor tem sido alvo de diversas iniciativas na América Latina, cuja ênfase ocorre alternadamente pela continuidade e pela descontinuidade de políticas. Isso se dá mediante a aplicação de um modelo de formação docente que se orienta pelo eixo político-epistemológico, caracterizado como um modelo de formação pontual e não sistemático, por não levar em conta o conhecimento prévio dos professores.

As políticas públicas educacionais em consonância com os órgãos multilaterais, promoveram um aligeiramento na formação inicial e continuada dos docentes (Dourado, 2001). Embora o objetivo seja agilizar a formação inicial e continuada dos docentes, é importante considerar possíveis efeitos adversos, como a queda na qualidade dessas formações. Portanto, é necessário adotar medidas que equilibrem a celeridade desejada com a garantia da excelência educacional.

As descontinuidades nas políticas educacionais podem ser percebidas nos resultados apresentados pelos indicadores de qualidade. Mesmo tendo seus fundamentos questionados, não se pode negar que esses indicadores trazem elementos que evidenciam o trabalho e a formação docente (Gentil; Costa, 2011). Assim, a necessidade de promover políticas educacionais mais consistentes e sustentáveis torna-se ainda mais necessária. O desenvolvimento de estratégias que assegurem a continuidade e o aprimoramento constante no âmbito educacional é vital para garantir resultados mais consistentes e promover um ambiente de aprendizado eficaz para todos os envolvidos.

Destacaram-se elementos essenciais para o progresso da carreira docente, como a valorização, a inovação e a inclusão. No entanto, esses aspectos enfrentam desafios significativos no cotidiano escolar. A falta de recursos pedagógicos adequados, a escassez de profissionais de apoio e a sobrecarga da jornada de trabalho comprometem a qualidade da prática docente. Esses obstáculos não apenas dificultam o desenvolvimento profissional contínuo, mas também impactam diretamente a eficácia do ensino, gerando um ambiente de estresse e desmotivação que pode enfraquecer o compromisso com a educação de qualidade.

4 Considerações finais

No contexto das políticas educacionais e suas descontinuidades, a singularidade dos sujeitos frequentemente é esquecida. Onde as decisões dos governantes são influenciadas por interesses políticos, a garantia da igualdade de oportunidades, conforme prescrito por lei, muitas vezes se perde em meio a discussões e debates infrutíferos.

A busca pela igualdade na educação permanece um desafio, e apesar de ser um tema recorrente em discussões, as ações concretas para melhorar a sociedade ainda parecem distantes. É imprescindível que haja uma reflexão profunda sobre como as políticas educacionais podem verdadeiramente atender

às necessidades dos sujeitos envolvidos, proporcionando uma formação de professores mais eficaz e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas educacionais e suas descontinuidades no processo de formação de professores. Durante a pesquisa, foi possível perceber que a questão da descontinuidade nas políticas educacionais já vem sendo discutida há um longo tempo. No entanto, ainda não ocorreram mudanças significativas nesse contexto. Para estudos futuros, sugere-se abordar a temática das políticas educacionais e do currículo na formação dos professores.

O estudo tem suas limitações na complexidade do tema, a análise das políticas educacionais e as suas descontinuidades requer um olhar minucioso, pois as lutas no campo educacional para a oferta de uma educação de qualidade que seja ofertada a todos é resultado de longas lutas travadas contra o sistema. Os avanços ainda são poucos se comparado às necessidades que o contexto social brasileiro está inserido. A marca da falta de continuidade nas políticas educacionais resulta num avanço que mesmo sendo plausível não contempla as reais necessidades educacionais dos indivíduos, nesse sentido, a desigualdade social continua sendo reproduzida.

A valorização dos profissionais da educação é outro ponto bastante discutido, porém sem efeitos concretos. Nas reformas pelas quais a educação escolar passou, foram os professores que com toda dificuldade imposta pelo cotidiano escolar, corporificaram as mudanças. A responsabilidade atribuída ao professor frente às transformações da sociedade é imensurável, pois fica a cargo do professor estimular e ensinar aos indivíduos, atitudes e valores que contribuirão em sua vida profissional e pessoal.

Mudar a realidade educacional do país permanece como um desafio significativo, especialmente diante da persistência das descontinuidades nas políticas educacionais. Enquanto esse processo perdurar, a educação continuará a ser percebida como a salvação para enfrentar as mazelas sociais existentes. A transformação efetiva depende da colaboração de todos os sistemas, cada um desempenhando seu papel e contribuindo ativamente para a construção de uma sociedade mais igualitária e educacionalmente eficiente. A superação dos desafios educacionais exige um compromisso coletivo, reforçando a ideia de que a mudança substancial depende da união de esforços de governos, instituições educacionais, profissionais e comunidades, com o propósito comum de promover uma educação de qualidade como base para o progresso social.

Referências

DE SOUZA, Carmem Lúcia Caetano et al. Tendências nas políticas de Formação de Professores no Brasil: fragmentação e descontinuidade. **Jamaxi**, v. 5, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/6001>. Acesso em: 24 set. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

DOURADO. A reforma do estado e as políticas de formação de professores nos anos 90. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (org.) **Políticas Educacionais & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

GATTI, Bernardete A. Formação de Professores no Brasil: políticas e programas. **Paradigma**, v. 42, 2021. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6527/bb67c47597606ab9e128df2d05888a923828.pdf>. Acesso em: 24 set 2024.

GENTIL, Heloisa Salles; COSTA, Marilda de Oliveira. Continuidades e descontinuidades nas políticas de formação de professores e suas implicações na prática pedagógica docente. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 20, n. 43, p. 267-287, maio 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223820972011000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta).

Ministério da Educação (MEC). **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 17 fev. 2024.

Ministério da Educação (MEC). **Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Republicada-Resolucao-cne-cp-002-2019-12-20.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2024.

Ministério da Educação (MEC). **Resolução nº 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)**. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 fev. 2024.

NAJJAR, Jorge; NAJJAR, Alexandre Mendes. A formação de professores no século XXI: refletindo sobre um novo contexto educacional. In: NAJJAR, Jorge; MOCARZE, Marcelo (org) **Políticas Públicas em Educação: Conceitos, Contextos e Práticas**. Curitiba: Appris, 2017. [Recurso Eletrônico].

PARO, Vitor Henrique. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (org.) **Políticas Educacionais & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

SANTOS, Miriam Espíndula dos. **As políticas curriculares no Brasil: trajetória da década de 1990**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

Informações complementares

Financiamento

Não se aplica.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Elzarina Pereira da Silva; Sawana Araújo Lopes de Souza.

Coleta de dados: Elzarina Pereira da Silva; Sawana Araújo Lopes de Souza.

Análise de dados: Elzarina Pereira da Silva; Sawana Araújo Lopes de Souza.

Discussão dos resultados: Elzarina Pereira da Silva; Sawana Araújo Lopes de Souza.

Revisão e aprovação: Elzarina Pereira da Silva; Sawana Araújo Lopes de Souza.

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint*

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Não há dados disponibilizados.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editor

Frederico Braidá

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Elzarina Pereira da Silva

Mestre em Ciências da Educação pela Ivy Enber Christian University, Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, João Pessoa/PB, Brasil.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8302255895268047>

Sawana Araújo Lopes de Souza

Professora Orientadora da Ivy Enber Christian University, Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação, João Pessoa/PB, Brasil.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0340467360136728>